

Deolinda de Paula Machado Fagundes: transgressões de identidades e inovação no ensino primário²⁴ - (Campinas e São Paulo, anos de 1870 a 1890)

Rita de Cassia Gallego

Qual a função da memória? Não reconstrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação: o apelo dos vivos, a vinda à luz do dia, por um momento, de um defunto. É também a viagem que o oráculo pode fazer, descendo, ser vivo, ao país dos mortos para aprender a ver o que quer saber.

(BOSI, 1994, p. 89)

Inspirada nas perspicazes considerações de autoria de Ecléa Bosi presentes na epígrafe, começo este texto com algumas indagações: Quais as motivações justificam a evocação do “defunto” de Deolinda de Paula Machado Fagundes, professora primária que atuou entre os anos de 1870 e 1890 nas cidades de Campinas²⁵ São Paulo para compor o rol de professoras

24. A expressão transgressões de identidades é inspirada no curso Modos feministas de criar: transgressões das identidades, oferecido pelo Museu de Arte de São Paulo (MASP) Escola, o qual frequentei em novembro de 2018. As aulas foram ministradas pela professora Gabriela De Laurentiis, a quem agradeço pelas reflexões e referências bibliográficas férteis compartilhadas que, embora voltadas ao campo das artes, contribuíram sobremaneira com a análise aqui apresentada.

25. A cidade de Campinas está situada a 99 quilômetros a noroeste da capital de São Paulo. Foi fundada em 14 de julho de 1774. Entre o final do século XVIII e o começo do século

estudadas no projeto Mulheres e inovação no ensino (Brasil-França, 1860-1960)? O que fez com que eu atravessasse diversas vezes, sistematicamente, durante cerca de dois anos, a “ponte entre o mundo dos vivos e do além”, em busca de dados sobre Deolinda? O que a sua trajetória profissional revela de distinções em relação à grande maioria dos professores que atuaram em seu tempo e mesmos espaços? O que essas viagens ao “país dos mortos” trouxeram de contribuições para discutirmos questões importantes para a educação nos dias de hoje? O que o tempo que nos separa de Deolinda nos reserva de tão precioso para que essa professora saísse de certo anonimato e ganhasse visibilidade no âmbito do referido projeto?

Antes de responder a essas questões, é importante ressaltar que o meu primeiro contato com a Deolinda foi em virtude da pesquisa por mim realizada no âmbito do doutorado (GALLEG, 2008), ocasião em que tive acesso aos seus relatórios dirigidos aos inspetores de ensino e algumas matérias de jornais em que a professora foi citada. Com vistas a explorar a configuração temporal nas escolas primárias paulistas entre 1846 e 1890, os relatórios dos professores consistiram em fontes nucleares. Foram localizados mais de mil relatórios de professores primários que atuaram em diferentes locais da Província São Paulo no referido período, desses foi selecionado um número significativo que compuseram o corpus documental da pesquisa. Ao estudar esses relatórios, chamou-me a atenção o caráter crítico, questionador e nada submisso assumido por Deolinda ao registrar o funcionamento das escolas em que atuava, contar como organizava a sua prática e dirigir demandas às autoridades. Portanto, ao integrar o grupo de pesquisadoras do referido projeto cuja proposta recaiu em reconstituir trajetórias de mulheres brasileiras e francesas que atuaram em diferentes funções no campo educacional, da Educação Infantil à Universidade, e que contribuíram de forma representativa para ampliar as oportunidades de escolarização para as meninas, considerando, também, a Educação Profissional e de Adultos, em

XX, a cidade teve o café e a cana-de-açúcar como importantes atividades econômicas. No início da década de 1870, a cidade é marcada pelo que pode ser considerado um símbolo do progresso – a chegada da estrada de ferro e pela expansão significativa da imprensa local (*Diário de Campinas, Gazeta de Campinas*, por exemplo). (<https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/03/campinas-no-seculo-xix.html>, acesso em 19/10/2018)

um período no qual os sistemas de ensino de ambos os países passavam por mudanças expressivas (configuração e expansão), lembrei-me imediatamente de Deolinda, mesmo após oito anos do término do doutorado.

Ao recorrer novamente ao oráculo para retomar as viagens ao “país dos mortos para aprender a ver” o que se queria saber, mas naquele momento com vistas a elucidar as inovações presentes na trajetória de Deolinda, as fontes de pesquisa foram consideravelmente alargadas. Desse modo, a discussão trazida neste capítulo foi fundamentada na leitura, sistematização em tabelas e análise de relatórios de sua autoria, fontes nucleares, e de inspetores, assim como de jornais do período, nos quais a professora foi algumas vezes notícia e que contêm informações importantes de sua carreira profissional. Além dos relatórios e jornais, outras fontes como ofícios, circulares, livros de registros e Anuários do Estado de São Paulo ofereceram dados e discussões acerca de sua rotina escolar, seu método de ensino, a relação com as alunas, seu posicionamento frente aos regimentos e a burocracia, suas impressões acerca de aspectos que dificultavam ou facilitavam suas práticas docentes e também de seus colegas professores²⁶. A análise desse conjunto de fontes consultadas sobretudo no Arquivo do Estado de São Paulo, mas também no acervo da Escola Estadual João Kopke, Centro de Referência Mário Covas e Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional evidenciou aspectos marcantes na carreira de Deolinda, entre os quais se destacaram a preocupação com a aprendizagem das alunas nas escolas de primeiras letras pelas quais foi responsável, mediante a luta para assegurar a frequência delas à escola; a preparação impecável das meninas para a realização dos exames finais, tendo um número expressivo de aprovações; o perfil crítico e questionador no exercício de sua função, nas três décadas finais do século XIX; e, ainda, o fato de ter assumido as funções de professora e, principalmente, de diretora do Grupo Escolar Santa Efigênia na capital paulista²⁷.

26. Gostaria de deixar expresso o agradecimento a Marcela Calvo, aluna de Iniciação Científica (2016-2017), orientada por mim, pelas contribuições prestadas à pesquisa no âmbito da coleta e sistematização dos dados referentes à professora Deolinda.

27. Informações mais detalhadas sobre a criação dos grupos escolares no estado de São Paulo podem ser encontradas no livro *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*, de Rosa Fátima de Souza, publicado em 1998.

O período de atuação da professora Deolinda, anos 1870 a 1890, é particularmente relevante, pois, ao longo do século XIX, estava em curso a difusão das escolas que se queria extensiva a todos (gratuita, obrigatória, pública e laica), observada em vários países como Inglaterra, Alemanha (de modo especial a Prússia), Áustria, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos²⁸. É indiscutível que o cume das mudanças das práticas educativas, no caso do Brasil, coincidiu com a criação dos grupos escolares, a partir da década de 1890 em diversos Estados²⁹. Porém, isso não significa que durante o século XIX, anos referentes ao Império brasileiro e grande parte do período em que Deolinda atuou, não tenham sido realizadas ações importantes que, de certa forma, subsidiaram a consolidação do modelo instituído pelos grupos escolares. Particularmente entre os anos de 1870 e 1890, esse tipo de escola começa a ser pensada e proposta, estando a sua criação em um momento incipiente.

Assim, os anos em que Deolinda atuou foram marcados pela intensificação de ações voltadas à estruturação do sistema público de ensino em São Paulo. Pode-se afirmar, portanto, que ela participou do começo do modelo escolar

28. Um marco relevante para o processo de constituição das escolas públicas primárias foi a promulgação Lei de 15 de outubro de 1827, que criou, no Brasil, as escolas de primeiras letras para meninos e meninas. No entanto, esse tipo de instrução demorou a se disseminar por todo o território nacional, dependendo do investimento de cada província para a contratação de mestres-escolas. Este é um momento inicial de estruturação de um sistema de ensino organizado pelo Estado e que se pretendia destinado a todos de forma pública, leiga, obrigatória e gratuita (BEISIEGEL, 1986). Entretanto, ainda que ações importantes tenham sido realizadas no decorrer do século XIX para a constituição de um sistema estatal de ensino (regulação e luta pela frequência e assiduidade escolar, definição de idades obrigatórias, indicação de métodos pedagógicos voltados a otimizar o tempo de ensinar e aprender, por exemplo), a escola primária era frequentada por poucos e funcionava em espaços adaptados para a ação educativa e em condições materiais quase sempre adversas.

29. A publicação do Ato Adicional, em 12 de agosto de 1834, atribuiu às províncias brasileiras a responsabilidade pelo ensino primário. Os ideais republicanos, acentuados com a Proclamação da República, em 1889, apesar de apresentarem a educação como promotora do progresso da nação (CARVALHO, 1989), mantiveram o ensino primário a cargo dos Estados, que criaram sistemas locais de acordo com as suas possibilidades financeiras, fazendo com que o seu processo de estruturação e expansão fosse bastante distintos nas diferentes regiões do país. Uma discussão mais detida acerca da construção e organização dos grupos escolares nos diferentes Estados é apresentada no livro *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*, organizado por Diana Vidal (2006).

que toma forma e se difunde gradativamente para outros Estados brasileiros³⁰. A professora exerceu o magistério na transição entre o período que antecedeu a institucionalização da escola primária – que ainda estava em formação, funcionando em espaços não arquitetados para isso (casas, igrejas, fazendas etc.), onde se reuniam as crianças de diversas idades, sob os cuidados de um(a) só professor(a), responsável também por trabalhos de secretaria, como o registro de matrículas e portaria – e sua efetivação com a criação dos grupos escolares, em 1893, em São Paulo. Em seus cerca de vinte anos de carreira, que pudemos acompanhar pelos dados encontrados, Deolinda atuou nesses dois cenários do campo educacional paulista e experimentou mudanças expressivas na organização escolar, pois assumiu uma escola feminina no fim da década de 1870, momento em que se recomendava que os preceitos da escola moderna fossem incorporados pelos(as) professores(as) primários(as), sendo esses tidos como os propulsores das mudanças a serem empreendidas; e na década de 1890 exerceu a docência no grupo escolar, cuja arquitetura pedagógica, particularmente tempos e espaços, era bastante distinta da configuração das escolas isoladas uma vez que cada professor(a) passava a ministrar aulas para uma série, organizada pela idade dos alunos e seu nível de conhecimento, devendo-se ensinar os mesmos conteúdos ao mesmo tempo a todos(as), utilizando-se o método simultâneo.

As memórias da professora Deolinda, presentes em seus relatórios, ao mesmo tempo em que evidenciam as distinções existentes entre o que se preconizava na legislação (quanto aos conteúdos a serem ensinados, organização pedagógica, frequência, por exemplo) e o que ocorria nas escolas, demonstravam que, pelo menos por parte de alguns professores, como ela, havia o empenho para atender a demanda de matrícula das crianças e ainda para utilizar os métodos de ensino recomendados nos documentos legais. Deolinda além de revelar a sintonia de suas ações ou mesmo discordâncias em relação ao que estava prescrito nos documentos legais, lutava para ampliar o número de alunos atendidos nas escolas públicas, alcançar a

30. No artigo publicado em coautoria com Paula Perin Vicentini e Vivian Batista da Silva, na *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica* (v. 3, n. 8, 2018, p. 462-485), cujo título é *Trajetórias de professoras e histórias improváveis de sucesso na escola sob o olhar da memória (1870-1985)*, discute-se de modo mais demorado a inserção de Deolinda no começo do processo de institucionalização da escola primária, fazendo-se alusão ao filme francês *Quando tudo começa* (França, 1999), dirigido por Bertrand Tavernier.

obrigatoriedade da frequência e ter mais crianças realizando os exames de fim de ano para a aquisição do diploma do ensino primário. Reivindicava, ainda, com frequência, melhores condições de salário e materiais para a escola e para os professores.

Ao dar visibilidade às educadoras que realizaram suas atividades de forma inovadora, o projeto desenvolvido une-se ao conjunto de iniciativas que procuram demonstrar que embora as mulheres tenham ficado por um longo período de tempo à margem dos estudos não só da História da Educação, mas também de outras áreas³¹. Por muito tempo, em grande maioria, os estudos históricos afirmavam a primazia dos homens em termos da importância, notoriedade e legitimidade. Em linhas gerais, a identidade masculina, até durante boa parte do século XX, foi associada à vida pública e a feminina à vida privada/doméstica. As referências às mulheres, muitas vezes, pautavam-se em uma categoria homogênea, fixa e única, cuja identidade era fortemente associada à maternidade, fragilidade, submissão (ao marido) e vida doméstica desconsiderando nas análises variáveis como classe social e etnia, por exemplo. Assim, ao retomar as questões com as quais iniciamos este capítulo, pode-se afirmar que a presença de Deolinda no rol das mulheres do projeto pode ser justificada pelos atributos mencionados no decorrer da introdução. Conforme se observa, sua trajetória é marcada por traços bastante distintos em relação às representações do papel das mulheres no período em que atuou, notando-se, do que chamamos aqui, de uma série de transgressões de identidades como mulher e profissional, conforme será discutido no decorrer deste texto.

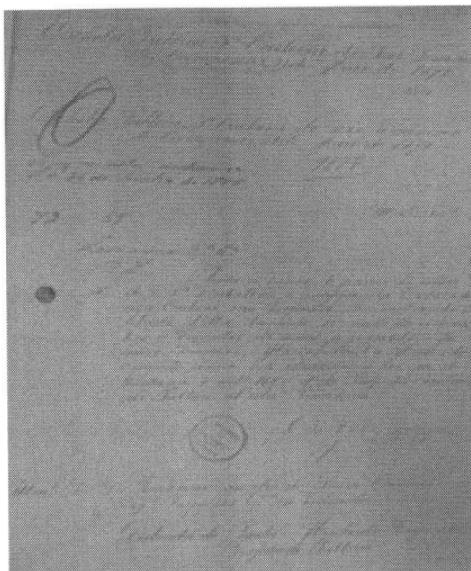
Conciliação entre a vida doméstica e profissional

Como seria Deolinda fisicamente? Como seria essa mulher que viveu nas últimas décadas do século XIX, casada, mãe de oito filhos, com uma vida

31. No campo das artes, o texto de Linda Nochlin, intitulado *Why have there been no great woman artists?*, cuja publicação original foi na revista estadunidense *ArtNews*, em 1971, oferece contribuições importantes uma vez que traz questionamentos em relação à metodologia utilizada pela história da arte e aos modos pelos quais foram construídas suas narrativas, sendo essas baseadas na ideia de criação do gênio criador, das quais as mulheres foram alijadas. A tradução deste texto somente foi realizada em 2016, com o título *Por que não houve grandes mulheres artistas?*

profissional no ensino primário marcada por atitudes, práticas e discursos tão diferenciados para o referido período? Essas questões me provocaram durante todo o tempo da pesquisa, mas a travessia ao “mundo dos mortos” só proporcionaram-me fazer conjecturas, pois em toda documentação encontrada não foi localizada nenhuma fotografia da professora, como marca identitária temos somente a sua caligrafia e a sua assinatura.

IMAGEM 1: Primeira página do relatório de Deolinda, 1878.



Fonte: Arquivo do Estado, CO 5032.

Além dessa lacuna, há outra igualmente intrigante: quando Deolinda nasceu? Mesmo percorrendo sites, periódicos e outros documentos em que a professora foi citada, esse dado não foi localizado, somente seu ano de falecimento, 1898. Deolinda nasceu em São Paulo, no bairro da Consolação, filha de Anna Francisca Cezar Cepelos³². Casou-se no dia 2 de agosto de

32. Os dados referentes à família de Deolinda foram extraídos do site www.familysearch.org. Nos registros localizados no site não foram encontrados o nome do seu pai tampouco a sua data de nascimento. A notícia publicada no jornal *Correio Paulistano* (SP), de 27/05/1899, com a indicação da missa dedicada à Deolinda, na Igreja da Sé, não consta menção alguma à data de nascimento da professora.

1873, na Consolação, São Paulo, com João de Oliveira Fagundes, filho de João Antônio Mariano Fagundes e Joaquina Branca de Oliveira, também natural de São Paulo e professor público, com quem teve oito filhos, sendo cinco mulheres e três homens, a saber:

Nome ³³	Data de nascimento e/ou batismo/local
1. Georgina de Oliveira Fagundes	26/08/1874, 10/10/1874, Igreja Nossa Senhora da Assunção, São Paulo
2. Fausto de Oliveira Fagundes	08/03/1877 ³⁴ , Igreja Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo
3. Jeorgina Fagundes Machado	21/04/1879, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo
4. Julieta de Oliveira Fagundes	24/11/1881, 05/12/1881, Igreja da Sé, São Paulo
5. Alzira de Oliveira Fagundes	01/06/1884, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Campinas, São Paulo

Entre o seu casamento e o último filho passaram-se dezessete anos e entre o casamento e sua morte passaram-se vinte e cinco anos. Tendo em vista a falta de referência ao seu ano de nascimento, não se sabe com quantos anos Deolinda faleceu, porém se sabe que ela dedicou vinte e dois anos de sua vida à docência em escolas públicas, tendo sido aprovada no concurso em setembro de 1877, mas antes disso já atuava como professora particular. Dedicou seus últimos dois anos de vida à direção do Grupo Escolar Santa Efigênia, conforme já salientado, tempo bastante expressivo dedicado à educação. Ao falecer, seu último filho ainda não havia completado oito anos. Do que teria falecido Deolinda? Lamentavelmente, esse dado não foi encontrado. Em seus últimos anos de atuação, especialmente em 1896, a professora solicitou diversas licenças e afastamentos, justificados por questões de saúde.

33. Os dados referentes à data de nascimento e de batismo dos filhos de Deolinda foram extraídos do site www.familysearch.org. Conforme se pode observar, em alguns deles não há a data de nascimento, somente a de batismo. A manutenção da data de batismo nos casos em que havia a data de nascimento justifica-se pelo fato de haver a referência ao local do batizado, dado que considerei importante, pois, em grande parte das vezes, há coincidência entre essas localidades e aquela de atuação profissional e moradia.

34. Quando há somente uma data indicada, esta refere-se ao batismo.

Conforme se observa na indicação do local de batismo de seus filhos, passou a sua vida em duas localidades – Campinas e na capital paulista, onde assumiu escolas públicas e atuou como professora particular. O acompanhamento de sua trajetória pela leitura de seus relatórios e outras fontes, como ofícios, requerimentos, notícias de jornal, nos quais há dados sobre afastamentos e licenças dos professores, demonstra que o fato de ter tido oito filhos, somente dois antes de ser professora pública, não impactou significativamente a sua rotina profissional. Nota-se que as interrupções por conta da maternidade são inexpressivas, o que é evidenciado, principalmente, pela entrega sistemática de seus relatórios, sendo muitos deles datados após um mês do nascimento de seus filhos, o que em termos culturais é um dado bastante significativo, pois nesse momento histórico ainda não havia a licença maternidade, instituída somente em 1943, por uma edição da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)³⁵; porém eram somente oitenta e quatro dias.

Em meio aos seus relatos, os quais trazem informações ricas do cotidiano escolar, percepções sobre a educação e indícios de suas práticas, e outros documentos consultados, encontram-se dados de sua biografia e vida privada, evocados sempre para justificar o motivo pelo qual não cumpriu determinada atividade ou teve que se ausentar ou fechar a escola por determinado período; em algumas ocasiões noticia-se a presença de professora substituta. A frequência escolar – tanto dos alunos quanto dos professores – era um problema para as autoridades da época. Muitas escolas permaneciam fechadas por longos períodos sem aulas – o que comprometia a aprendizagem dos alunos e esse aspecto deveria ser destacado nos relatórios dirigidos aos inspetores. Entretanto, uma das marcas da produção de Deolinda é a regularidade do funcionamento de sua escola e, quando ela precisava faltar, havia a justificativa da ausência. Em seu relatório de 1º de novembro de 1878, destaca que solicitou trinta dias de licença, porém como melhorou logo não precisou usufruir de todo o período e retornou antes do prazo. O fechamento da escola dela e do marido foi justificado também, conforme explicitado em seu relatório de 31 de maio de 1878, por terem ido se apresentar ao novo

35. Informações adicionais podem ser encontradas no site: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/09/primeira-pec-de-2018-amplia-duracao-das-licencias-maternidade-e-paternidade>, acesso em 17/11/2018.

inspetor de ensino. Em seu relatório referente aos meses de junho a outubro de 1884, por exemplo, a professora fez questão de marcar a regularidade com a qual conduziu a escola sob sua responsabilidade:

Dei aula durante todo o tempo útil que decorreu de junho a outubro findo, com exceção unicamente de cinco dias no mês de julho, por estar de nojo por falecimento de minha sogra, e ainda assim porque a isso me autoriza o regulamento. (Ordem CO 4920)

A doença de duas filhas (conforme explicitado no relatório de outubro de 1885) também foi motivo apresentado para suas faltas. Em um momento anterior, em seu relatório de 1º de junho de 1885, salienta que lecionou durante o ano sem interrupções e reitera em muitos relatórios o seu cumprimento do dever e sua assiduidade como professora.

Portanto, entendemos que essa é a primeira transgressão de identidade de Deolinda: conciliação entre a vida conjugal, mãe e professora assídua e dedicada à aprendizagem de suas alunas, “missão” perseguida até hoje por muitas mulheres, que, muitas vezes, abrem mão de um aspecto ou outro para poder se dedicar seja à carreira seja à vida familiar. Se hoje esse é um desafio considerável posto às mulheres, pode-se imaginar o que significava naquele momento histórico em que a identidade das mulheres era sobretudo associada à figura de esposa e mãe, quase que uma “missão” natural.

De professora particular à professora pública, normalista e diretora de Grupo Escolar: atuação marcada por reivindicações, atitudes e discursos nada submissos

Antes de assumir a sua primeira cadeira pública, em concurso realizado em 4 de setembro de 1877 (*Correio Paulistano*, 08/09/1877), no qual foi aprovada plenamente, Deolinda foi professora particular e informa em seu relatório de novembro de 1877 que cinco de suas alunas a acompanharam para a escola de primeiras letras de meninas sob a sua responsabilidade. Segundo assinalado anteriormente, assim como Deolinda, seu marido, João de Oliveira Fagundes, também era professor, portanto ela dava aula para as meninas e ele para os meninos. Ambos começaram a lecionar praticamente ao mesmo

tempo – João em 22 de maio de 1876 e Deolinda em 27 de setembro de 1877. Mesmo assumindo uma escola pública, ela continua dando aulas particulares no período contrário ao funcionamento da escola. Os documentos que fazem referência à Deolinda, muitas vezes, trazem informações também sobre o seu esposo. Os dados mostram que atuavam próximos, certas ocasiões lecionavam em sua própria residência. Durante o período em que lecionou em Campinas, sua escola esteve em três endereços, dois, pelo menos, na região central da cidade.

Nessa época, o acesso ao magistério se dava por meio de concurso público, a formação docente ainda não estava sistematizada, não sendo condição para se assumir uma escola de primeiras letras³⁶. Porém, Deolinda, poucos anos após o seu concurso, afastou-se de suas funções entre 1880 e 1882 para cursar a Escola Normal Caetano de Campos, o que fez junto com o seu esposo. Em 10 de julho de 1880, conforme solicitação dirigida ao Inspetor, ela e o marido tiveram dispensa das tarefas docentes para se dedicarem ao curso Normal, com direito ao ordenado para cursarem “o longo e dispendioso curso Normal”, justificando tal pedido por serem professores modernos, por isso tinham necessidade “desta proteção” (ordenado). Segundo o Jornal da Tarde de São Paulo (30/03/1881), ela foi aprovada nos exames referentes ao primeiro ano, realizados no dia anterior à publicação, tendo sido muito bem avaliada; formaram-se no mesmo ano – 1882³⁷.

36. No que concerne ao perfil dos professores, a lei n. 81, publicada alguns anos depois, em 06 de abril de 1887, em seu artigo 56, orienta que “nenhum cidadão, qualquer que seja o título científico, poderá ser provido em cadeira de qualquer grau, se não tiver o diploma da escola normal da província ou se não for aprovado em concurso na forma dessa lei e respectivo regulamento”. Embora a sistematização e consolidação da Escola Normal na Província de São Paulo tenha se efetivado em 1890, esse tipo de iniciativa é importante, pois cada vez mais se associava a atividade docente a uma formação específica ainda que se aceitasse a entrada na docência com a aprovação no concurso.

37. Conforme noticiado em 31 de dezembro de 1882, além de Deolinda e João, entre os formandos da Escola Normal Caetano de Campos encontram-se oito mulheres (Amélia Augusta da Fonseca, Maria da Gloria Bittencourt, Rita de Almeida Oliveira, Felicidade Perpétua de Macedo, Olympia Martins Meira Vieira, Galdina América de Almeida, Isabel Maria da Gloria Vieira, Mariana da Gloria e Silva) e onze homens (João Francisco Bellegarde, Antônio Hypollito de Medeiros, Antônio Louzada Antunes, José Ignácio de Toledo, Frederico Guilherme Hoppe, Joaquim Ignácio de Oliveira Leite, Joaquim Luiz de Brito, José Gonçalves Pereira Bittencourt, José Joaquim de Oliveira Jr., Júlio Cesar de Oliveira e Marcolino da Luz).

A distinção entre os professores e as professoras que estavam ou tinham cursado a Escola Normal aparece nos relatórios de várias maneiras. Uma delas é a assinatura dos relatórios como “o professor normalista” ou “a professora normalista” seguido do seu nome. Outra forma é a menção aos métodos de ensino, particularmente simultâneo e intuitivo, estudados quando era normalista. Além disso, a passagem pela Escola Normal permitia o acesso aos conteúdos dos programas previstos para a escola primária, mas também servia para justificar o motivo pelo qual não havia possibilidade de lecionar conteúdos contemplados por Reformas posteriores ao término do curso. Deolinda, ao criticar o que propunha a Reforma de 1887, assinala com perplexidade que:

É verdade que não darei classes precisamente de acordo com o novo regimento porque não leciono música nem ginástica visto não estarem estas disciplinas compreendidas nas que constituem o curso da Escola Normal na época em que freqüentei-a, e assim não estou na obrigação de ministrá-las. Ainda assim se for possível e houver tempo lecionarei alguma coisa de música. (Ordem CO 4920, grifo nosso)

Dado o número irrisório de professores e professoras que davam aula nas escolas públicas primárias e que tinham frequentado ou frequentavam a Escola Normal, ainda que os saberes pedagógicos almejados circulassem em conferências, compêndios e manuais, por exemplo, não é muito difícil imaginar a diversidade dos tempos escolares instalados, pois eram definidos, com maior ou menor proximidade às demandas modernas de educação escolar; instauravam-se formações – dos professores e das professoras e dos alunos e das alunas (GALLEGO, 2008). Nesse sentido, as formações às quais os professores e as professoras tinham tido acesso particularizavam as formações dos alunos, não só no que diz respeito à inclusão ou não de uma dada matéria, mas também pelo método de ensino adotado (individual, mútuo, simultâneo), pela organização e utilização do(s) espaço(s) e dos materiais disponíveis. Desse modo, consideramos a formação de Deolinda na Escola Normal outra transgressão de identidade, em termos profissionais,

já que, segundo salientado, cursar a Escola Normal era uma distinção entre os professores, pois, sabidamente, as mulheres tiveram acesso mais restrito aos estudos. Seria seu esposo um homem também diferenciado para a sua época por atuar lado a lado com Deolinda e não a impedir de realizar algumas atividades que concorriam com a vida doméstica?

Uma vez formada como normalista, Deolinda reassumiu a cadeira em Campinas, onde atuou até 1890, quando passou a lecionar em São Paulo; inicialmente na 2^a Cadeira de Villa de Santo Amaro e, após dois anos, assumiu a cadeira da Escola do Morro do Chá, mediante a realização de permuta de escolas com a professora Christina Umberlina Collares. A referida escola situava-se na região central da capital paulista, sendo posteriormente reunida com outras escolas próximas, como a “Campo de Mauá”, regida pela professora D. Leonina de Almeida, a “Bairro da Luz”, regida por D. Isabel Serpa e Souza, a “Bairro do Bom Retiro”, sob a responsabilidade da professora D. Adelina Goursand para formar o Grupo Escolar Santa Ifigênia³⁸, localizado à Rua Alamedas dos Andradas, 66, inaugurado em 16 de março de 1896. Deolinda atuou como professora e diretora da Seção Feminina deste grupo desde a sua inauguração, até 1898, ano de seu falecimento, conforme salientado anteriormente; em 24 de maio de 1898, é nomeada para o cargo de diretora D. Amelia de Godoy Correia.

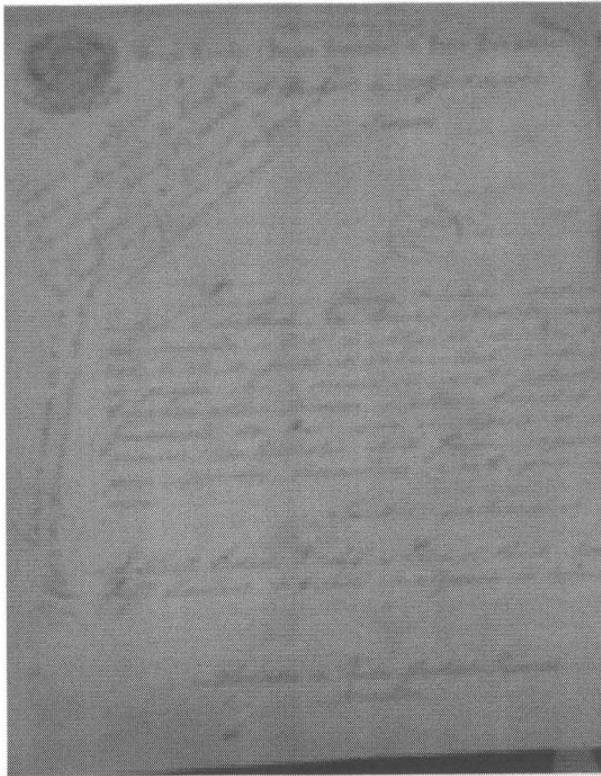
38. O Grupo Escolar Santa Efigênia foi um dos primeiros grupos (Anuário do Estado de São Paulo, p. 135 - 194) e existiu até 1913, quando suas classes foram anexadas ao Grupo Escolar Alameda do Triunfo, situado na Alameda do Triunfo, n. 19. Atualmente, funciona no mesmo endereço o Poupatempo da região.



Grupo Escolar de Santa Iphigenia (Capital)

Entendemos que essa consistiu na terceira transgressão de identidade de Deolinda. Em um período em que grande parte das mulheres dedicava-se à vida doméstica, ela não só foi professora e normalista como atuou como diretora do Grupo Escolar, cuja estrutura diferenciava-se sobremaneira do contexto das escolas isoladas, conforme já assinalado, e pode-se observar na imagem acima. Se é verdade que o campo educacional por muito tempo foi caracterizado pelo exercício do magistério realizado pelas mulheres enquanto os homens, desde a configuração do sistema público de ensino, ocupam as funções de diretores e inspetores (escolares, gerais etc.), conforme conhecida análise de Demartini e Antunes (1993), Deolinda não cumpre essa regra. Em um momento histórico em que as mulheres não tinham muitas possibilidades de trabalho e estudo, Deolinda chega à direção do grupo na capital, conforme atesta o requerimento abaixo, assinado por ela:

IMAGEM 3: Requerimento de Deolinda como Diretora.



Fonte: Arquivo do Estado, CO 6815.

Uma marca de Deolinda observada em seus relatórios dirigidos aos inspetores de ensino tanto como professora quanto como diretora é a luta pela melhoria das condições de trabalho e materiais das escolas. Enquanto alguns professores em seus relatórios justificavam o mau funcionamento de suas escolas devido às condições precárias e à falta de apoio estatal, Deolinda destacava as suas ações em prol da melhoria das condições de trabalho e aprendizagem de suas alunas, assim como lutas em prol das professoras primárias. Em seu relatório, de 1º de junho de 1888, a professora sublinha, por exemplo, que não havia recebido alguns utensílios tais como relógios, contador mecânico, campainha e livros (Ordem CO 4920). Embora insistisse em seus pedidos pelos materiais, alegava que pela falta de retorno acabava por comprá-los com recursos próprios. Insatisfeita com os compêndios enviados pelo governo, realizou a troca de vários deles, sob o argumento

de assegurar a qualidade e o acesso das alunas. Não foi sem incômodo que reclamou às autoridades o fato de escolas próximas com menos alunos terem recebido materiais e compêndios e a escola dela não. Havia clara associação em seus relatórios entre as condições materiais em que ocorria o ensino e a melhoria da aprendizagem das alunas. Os dados encontrados demonstram o mesmo empenho de Deolinda, como diretora, para melhorar as condições de trabalho, a exemplo da notícia do *Correio Paulistano* (29/01/1898), de que haviam sido autorizadas “as obras de reparos de que necessita o prédio”, onde funcionava a seção feminina do grupo escolar Santa Efigênia, sob a sua direção.

Ao evocar a diferença entre o número de alunas entre a sua escola e a de outras professoras traz outro dado que a distingue de outros professores, tinha um número de alunas muito superior à grande maioria. A consulta ao Almanach Província de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial (SP) (1884 a 1888), referentes às escolas da cidade de Campinas, revelou a discrepância do número de alunas frequentes na escola de Deolinda, e de alguns outros poucos docentes, em relação aos demais. Segundo dados presentes no Almanach (p. 317-318), enquanto havia escolas em que a frequência era de 15 a 25 alunos, sendo nem todos assíduos, Deolinda tinha sempre indicado entre 64 e 85 alunas e, de modo recorrente, acompanhado da informação de que todos eram frequentes. Podemos considerar esses números representativos da “vitória” da professora na negociação com os pais para cederem parte do tempo diário de suas filhas à escola, pois essa era uma verdadeira luta entre os professores e os pais das crianças que, muitas vezes, eram tidos como ignorantes, por não valorizarem e prezarem pela frequência delas. Esses dados somados ao que é encontrado em seus relatos sobre o funcionamento de sua escola e de suas práticas pedagógica e também em outras fontes, como jornais e Anuários, evidenciava, ainda, o próprio trabalho realizado por ela. Embora seus registros denotem grande satisfação pela quantidade de alunas que julgava positiva pela possibilidade de aprendizagem para tantas, também a criticavam, tendo em vista as dificuldades de se administrar sozinha um grupo muito grande de meninas.

Esse fato fazia com que apontasse, com frequência, incongruências entre o que se regulamentava e as possibilidades práticas de atuação, a exemplo de se ensinar com os métodos recomendados (mútuo e simultâneo) com a quantidade de alunas frequentes e as condições concretas de trabalho. Isso porque, para a concretização dos métodos por ela conhecidos e previstos pela legislação, era fundamental a organização do espaço escolar – o que ela experimentou somente quando passou a ser professora do grupo escolar.

Em seus relatos, era recorrente o teor de contestação no que diz respeito às políticas educativas. A professora não recebeu sem críticas a Reforma de Instrução, datada de 1887, conforme expressou em seu relatório relativo ao período de 01 de maio a 31 de outubro do mesmo ano:

[...] a reforma da Instrução Pública desta província com quanto venha prestar algum serviço a este tão descuidado ramo de serviço público, na parte estatística e na fiscalização do ensino e do exercício dos professores ainda está muito deficiente, inexequível, incongruente mesmo. Na parte referente às matérias que têm de ser lecionadas, consigna-se entre outras que nunca serão lecionadas nas Escolas Públicas a ginástica até para as próprias meninas como se estivéssemos num país (ilegível). É inacreditável mas é verdade. (Ordem CO 4920)

A posição da professora, quando mencionava a impossibilidade de algumas matérias serem lecionadas, como a ginástica, a qual, segundo ela, nunca seria ensinada, é compreensível a partir do contexto do qual ela “falava”: além dessa matéria não fazer parte das propostas de formação, os espaços das escolas primárias, que deveriam ser específicos para tal prática, eram praticamente inexistentes até meados de 1890. Esses documentos previam matérias e métodos já em voga nos países em que a escola graduada (grupos escolares) era uma realidade.

Embora contundente nas críticas feitas quando da publicação da referida Reforma, em seu relatório de junho de 1888, portanto oito meses depois, a professora Deolinda, ao reiterar que não lecionava ginástica nem música, ressalvou que ensinava “coisas a mais”:

Não só ensinei o que era obrigada pelo regulamento, mas fui além, pois apresentei uma pequena classe de francês, geografia física e política, história prática, desenho linear com problemas, trabalhos de lar, sedalinhas a ponto simples e [ilegível] sobre a casemire e cetim. (Ordem CO 4920)

A professora, ao sinalizar que ensinava matérias para além do que era solicitado, ressaltava o seu intuito de preparar suas alunas para os exames. Em seus relatórios, ela explorava bastante o processo de preparação e efetivação dos mesmos, dando visibilidade ao seu trabalho exitoso na educação das meninas, uma vez que tinha um grande número de alunas aprovadas. Os jornais, assim como pessoas de prestígio, eram convidados a presenciar os exames, o que resultava em publicações cheias de elogios e observações quanto ao trabalho bem feito dos professores e alunos avaliados, como as do *Diário de Campinas* e do *Correio Paulistano*, que noticiaram os exames ocorridos nas escolas sob a responsabilidade de Deolinda. Os exames também serviam para a professora justificar aos pais a importância da escolarização e dos ensinamentos oferecidos aos seus filhos, em especial às meninas, por vezes impedidas de frequentar as escolas. Além do seu reconhecimento expresso na grande imprensa, Deolinda indicava, em seus relatórios, a recorrência com que autoridades, como D. Pedro II, compareciam em sua escola para ver o seu funcionamento.

Conforme salientado em Gallego (2008), o relato da professora Deolinda, datado de 05 de outubro de 1885, expressa certo incômodo pelo fato de em muitas escolas públicas não ser usual a realização dos exames nos fins de ano. Mas, ao comentar sobre os exames, demonstrava que, ao contrário da maioria, realizava-os, pois, acreditava que esses cumpriam o papel de “patentear ao público o resultado que podem tirar os alunos que estudam, como para estimulá-los, dando-lhes gosto pela escola e aos conhecimentos que ali podem adquirir”. Deolinda considerava-os “o melhor atestado que pode obter um professor, do cumprimento de seus deveres” (Ordem CO 4920). Tal esforço da professora de enaltecer suas práticas pode ser compreendido, pois, inegavelmente, a verificação dos conhecimentos dos alunos funcionava como

uma maneira de saber da eficácia do trabalho dos professores e controlá-los. Se não estivessem cumprindo o programa, isso viria à tona nos resultados dos exames finais. Não era por acaso que os professores deixavam transparecer, comumente, suas preocupações nesse sentido, seja quando faziam questão de salientar que vinham preparando seus alunos para os exames do fim do ano, seja quando reclamavam providências para sanar os problemas relativos ao não comparecimento dos alunos devido a isso implicar em maus resultados nos exames ou ainda quando informam que as interrupções, por motivos diversos, consistiam no entrave para desenvolver os conteúdos.

Deolinda e suas contribuições

Ao se considerar os relatos de outras professoras e o cenário das escolas primárias no período em que atuou, constata-se que Deolinda diferenciava-se de grande parte da categoria por vários motivos: trouxe inovações no modo de ser professora primária, sendo isso evidenciado pela natureza dos dados presentes em seus relatórios, por sua visibilidade social e por sua busca de aperfeiçoamento e crescimento profissional. Sua trajetória evidencia uma atitude progressista em relação ao magistério, bem como um perfil crítico e questionador no exercício de sua função, nas três décadas finais do século XIX. Ao experimentar diferentes posições e localidades, Deolinda adquiriu vivências e conhecimentos necessários para ascender profissionalmente, em um momento histórico em que, segundo demonstram estudos de Nóvoa (1994) e Catani (1997), por exemplo, as bases da profissão docente ainda estavam sendo estabelecidas: Estado responsável pela educação, formação específica, organização da categoria e concursos públicos mais rigorosos pautados em saberes pedagógicos. Conforme é possível notar em sua trajetória e em suas memórias, Deolinda driblava a falta de investimento do Estado e os desafios da frequência escolar, mostrando-se uma professora que teve uma atuação voltada à aprendizagem de suas alunas, o que é evidenciado não só pelo número expressivo de meninas que frequentavam a sua escola, mas também por seu zelo em não se ausentar e ensinar o que era previsto nos programas, ainda que tivesse críticas a esses – o que possibilitava às suas alunas prestarem os exames finais realizados pelas autoridades da época,

com um índice expressivo de aprovações. Dessa forma, ela foi responsável pela formação de muitas meninas, contribuindo, portanto, para o aumento de concluintes do gênero feminino no ensino primário em um período em que as mulheres tinham um acesso bastante restrito à educação.

Afora suas notáveis inovações pedagógicas (uso de diversos compêndios, ensino pelo método intuitivo e grande êxito na preparação das alunas para os exames, por exemplo), destaca-se o fato de ter chegado à função de diretora de Grupo Escolar, atividade essa exercida sobretudo pelos homens no período em questão. Sabidamente, até mais da metade do século XX, as mulheres acabavam por exercer a docência, com raras exceções exerciam cargos administrativos no campo educacional. O tom contestador a acompanhou nos anos em que exerceu a profissão, o que contraria uma percepção de que as mulheres eram submissas e obedientes; Deolinda questionava o Estado, reclamava ao inspetor e às autoridades públicas aumento salarial, melhorias em sua escola e para a educação primária de modo geral. A investigação realizada da trajetória da vida profissional de Deolinda demonstra que mesmo em um tempo histórico que, de modo geral, a identidade associada às mulheres era de alguém submisso, sem expressão na vida pública, fadadas à vida doméstica, aos filhos e às vontades do marido, algumas transgrediram e assumiram papéis não associados às mulheres daquele tempo; e Deolinda inspira em um momento em que a questão da mulher na sociedade tem sido discutida de modo tão intenso.

Referências

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BEISIEGEL, Celso Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B. (org.) *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986. v. 3. p. 383-416.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CATANI, Denice. *Barbara. Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de ensino, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista [Brazil]: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, CDAPH., 2003.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fatima Ferreira Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. *Caderno de Pesquisa*, (86), p. 5-14, ago. 1993.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.; 20 cm.
- NOCHLIN, Linda. *Por que não houve grandes mulheres artistas?*. São Paulo: Edições Aurora, 2016.
- GALLEGÓ, Rita de Cassia. (2008). *Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)*, São Paulo, Tese: FEUSP.
- LAPA, José Roberto do Amaral (2008). *A cidade - Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo/Campinas: UNICAMP/EDUSP.
- LOURO, Guacira Lopes (1997). Mulheres em sala de aula. In: Del Priore, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481.
- MANOEL, I. A. (1996). *Igreja e educação feminina, 1859-1919: uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- NÓVOA, António. (org.) *Vidas de professores*. Portugal: Porto, 1994.
- VICENTINI, Paula Perin, GALLEGÓ, Rita de Cassia, SILVA, Vivian Batista da. *Trajetórias de professoras e histórias improváveis de sucesso na escola*

sob o olhar da memória (1870-1985). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 3, n. 8, 2018, p. 462-485.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VIDAL, Diana. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. São Paulo: FAPESP, 2006.

Sites:

<https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/03/campinas-no-seculo-xix.html>, acesso em: 19 out, 2018

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/09/primeira-pec-de-2018-amplia-duracao-das-licencias-maternidade-e-paternidade>, acesso em: 17 out. 2018

www.familysearch.org

<https://ieccmemorias.wordpress.com/2017/03/13/1822-c-a-professora-dona-catharina-amelia-do-prado-alvim-passa-por-cima-da-lei/>, acesso em: 10 ago. 2018.

Arquivos:

Acervo da Escola Estadual João Kopke

Arquivo do Estado de São Paulo

Centro de Referência Mário Covas

Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional